



RAE - Revista de Administração de Empresas
ISSN: 0034-7590
rae@fgv.br
Fundação Getulio Vargas
Brasil

Gomes de Pinho, José Antonio
Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia
na realidade brasileira
RAE - Revista de Administração de Empresas, vol. 51, núm. 1, enero-febrero, 2011, pp. 98-106
Fundação Getulio Vargas
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155117699009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, CAPITALISMO E SOCIEDADE CIVIL: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA, INTERNET E DEMOCRACIA NA REALIDADE BRASILEIRA

José Antonio Gomes de Pinho

Professor da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia – Salvador – BA, Brasil

jagp@ufba.br

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem sido caracterizada como uma sociedade da informação pela centralidade que a informação tem assumido com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente a partir da difusão da internet, que vem despertando mudanças de várias ordens nas relações econômicas, sociais, políticas, culturais e filosóficas. Essas mudanças ainda estão em aberto, e se transformam à medida que a própria internet redefine seu escopo e alcance. Parece que a internet pode ser colocada como um marco civilizatório: a vida antes e depois da internet, pois ela tem criado expectativas elevadas de mudanças, algumas até revolucionárias. Como estamos frente a uma realidade ainda em construção e que muda muito rapidamente, muitas conclusões devem ser vistas mais com um caráter precário do que perene.

Dos vários impactos causados pela internet, o que mais interessa neste artigo é o da área política, mais especificamente entender como a internet pode provocar mudanças nas estruturas políticas no sentido de promover uma crescente democratização. Quando se fala em política, dois ramos são obrigatórios para a análise: de um lado, o Estado, por meio de suas estruturas e como estas se adaptam à utilização da internet no sentido de promover a participação, interatividade, transparência e democratização de processos. De outro, a sociedade em seus movimentos no sentido da atuação política e suas interações com o Estado exercendo um juízo crítico e participativo. De antemão, pode-se perceber que temos muito mais promessas do que efetações, estando algumas delas apenas ligeiramente esboçadas.

O objetivo deste artigo é discutir como a sociedade da informação, por meio das TIC, mais especificamente

da internet, pode constituir não só uma nova forma de fazer política, mas de fortalecer a própria política. No âmbito nacional, a questão parece assumir foros ainda mais desafiadores. Em uma sociedade considerada passiva, acomodada, a internet teria condições de romper essa situação estrutural? Até que ponto a internet pode mudar um quadro estrutural existente e tornar-se um ponto de ruptura na forma tradicional de fazer política por parte da sociedade civil? Até que ponto a internet, pelos seus conhecidos atributos de interatividade, facilidade de contato, funcionamento permanente e on-line, teria capacidade de ativar e promover uma participação política maior da sociedade civil? Por outro lado, também se pode argumentar que, se a sociedade civil não se mobiliza para participar politicamente pelos canais convencionais, tradicionais, será que irá, agora, recorrer à internet para alterar esse estado de

coisas? Ainda que não encontre respostas definitivas e completas para essas questões, este artigo objetiva fazer reflexões para o avanço do seu entendimento.

OTIMISMO E PESSIMISMO QUANTO À ATIVIDADE POLÍTICA NA INTERNET

Na análise dos impactos políticos da internet, observa-se a presença de dois tipos de analistas: os otimistas e os pessimistas, entre outras categorizações. Para os otimistas, “[d]escentralização, interatividade, multimedialidade, transnacionalidade e transculturalidade” são oportunizados pelas novas tecnologias, enquanto para os pessimistas gera-se “isolamento e alienação, comercialização sem tréguas dos espaços público e privado, e o surgimento de novas formas de colonialismo digital e diferenças sociais de classe” (DOMINGUES, 1999, p. 117).

Segundo os otimistas, estariam prestes a viver uma transformação radical da democracia representativa em democracia plebiscitária, suportada pelo aumento da participação dos cidadãos nas decisões dos governos viabilizado pelo voto eletrônico. A internet permitiria “radicalizar a democracia, criando um novo espaço público construído em torno de uma sociedade civil que se organizará à margem do Estado” (SORJ, 2003, p. 57). A internet ainda teria um “papel significativo” ao romper com o poder da mídia, que estrutura a vida política contemporânea promovendo o relacionamento direto entre os políticos e os cidadãos, bem como o seu uso por “jornalistas rebeldes, ativistas políticos e pessoas de todo tipo como um canal para difundir informação e rumores políticos” (CASTELLS, 2003, p. 129).

Os otimistas enxergam na internet “um potencial criativo, libertário, emancipatório, de trocas de conteúdo” (MANEVY, 2009, p. 33). Isso não é pouco, mas outros ainda vão além. O Renascimento e a evolução do capitalismo criaram especializações, e com as TIC, a partir dos anos 1960, ocorre “uma reversão desse processo” (AMADEU, 2009, p. 67), e mediante o uso da rede, que unifica o que era construído separadamente, “cada vez mais ciência, tecnologia e arte se juntam” (AMADEU, 2009, p. 68). Uma das características da rede é libertar: liberta “o texto do suporte papel, liberta a música do suporte vinil, liberta a imagem do suporte ali da película” (AMADEU, 2009). As redes também comportam outra situação, em que “existem comunidades que são desterritorializadas, que não estão ali cara a cara e que têm laços fortes”, são grupos formados a partir da internet. Essa seria outra forma de fazer política extremamente animadora, por ser “uma rede onde a inteligência está na periferia, e não no centro” (AMADEU, 2009, p. 75) e por não ter uma empresa que mande nela, mas sendo “algo que está na mão das pessoas, são elas que construirão” (AMADEU, 2009, p. 77).

Outra manifestação otimista vê “uma democratização gigantesca” na internet por conta da possibilidade de se ter acesso a livros e onde se “pega tudo” (CASTRO, 2009, p. 87). Na linha de expectativas revolucionárias, identifica-se a emergência de outros produtores culturais situados na própria sociedade, com a “ausência de intermediários” (LEMOS, 2009, p. 99). Hollywood e a Rede Globo têm que competir com pessoas que produzem vídeos e os colocam no YouTube, realizando “uma transferência de poder” (LEMOS, 2009), apontando, porém, para o risco de a internet adotar o modelo de *broadcast*, o que

“elimina a possibilidade do usuário pequeno e sem dinheiro para falar com muita gente” (LEMOS, 2009, p. 100). O risco de a internet vir a ser regulamentada é que acabará “sobrando espaço apenas para os grandes e para os grandes que estão estabelecidos” (LEMOS, 2009, p. 101). Assim, o território de liberdade e de criação da internet estaria correndo alto risco se esse caminho se viabilizar.

Pode-se perceber que a ideia de revolução, democratização, não faz referência à atividade política convencional. Infere-se que se abre com a internet uma atividade política à parte dos meios convencionais, os partidos políticos. Vale relembrar que estes já têm perdido espaço nas últimas décadas para os movimentos sociais, e que, agora, a internet poderia ser a pá de cal nos partidos. Mas, também, ainda não dá para afirmar nada mais concreto sobre uma possível revolução na política a partir do meio digital.

Nota-se que a palavra “revolução” tem sido usada de uma maneira mais livre, sem rigor conceitual. A cultura digital “significa uma revolução em termos de hábitos cotidianos” ao quebrar a sociedade industrial transformando-a em uma “explosão”, a sociedade em rede (COELHO, 2009, p. 121). O que se infere dessas argumentações é a expectativa de uma mudança mais ampla, podendo-se pensar em uma sociedade sem dono, o que demandaria uma nova forma de fazer política, e não apenas uma mudança focada na política tradicional. A partir dessa afirmação já se pode perguntar se seria possível uma mudança fundamental não partindo da política propriamente dita, mas, talvez, de movimentos mais anárquicos ou caóticos, individualizados. A mudança na política, na forma de fazer política, viria de outras áreas, fundamentalmente a partir da disse-

minação da informação e do conhecimento, em direção à política.

Nessa linha, André Lemos chama a atenção para o fato de que as tecnologias que temos agora à disposição “permitem a transformação comunicativa, política, social e cultural efetivamente” (LEMOS, 2009, p. 136) devido a se poder “transitar informação, bens simbólicos, não materiais, de uma maneira inédita na história da humanidade” (LEMOS, 2009). O computador e a internet geram algo que é radical: “A possibilidade de produção coletiva, colaborativa e distributiva da informação” (LEMOS, 2009, p. 137). Podemos inferir daqui que se confirma uma ideia de que estamos vivendo de uma revolução da informação e da possibilidade da produção coletiva e independente da informação.

Tudo isso leva a expectativas elevíssimas com a internet ao se considerar que “pela primeira vez as pessoas estão efetivamente podendo produzir ou tentar buscar sentido nas suas vidas a partir desses dispositivos” (LEMOS, 2009, p. 140). Ainda que exale esse otimismo, André Lemos identifica, no entanto, um “grande desafio” nesse contexto que é “fazer com que as pessoas produzam coisas colaborativamente” e também de “maneira distributiva” (LEMOS, 2009, p. 140), o que se choca com o fato de estarmos “acostumados durante muitos séculos” a ser espectadores passivos dos meios de comunicação, sendo o “máximo da inclusão” a possibilidade de ser um “espectador crítico” (LEMOS, 2009). Com as novas tecnologias e a interatividade, torna-se possível, agora, não só criticar o jornal e o programa de TV, como pode a pessoa “fazer seu próprio jornal”, bem como filme e música. Parece estar ficando claro que a política no meio digital se desgarra da política convencional

baseada em partidos políticos arregimentando outros tipos de militantes, mais baseados em grupos ou atividades individuais que se distanciam das ações típicas dos partidos políticos.

Porém, ele deixa claro que não se vive nenhuma “panaceia participativa” (LEMOS, 2009, p. 141), que “a mera participação e colaboração vai resolver todos os problemas” (LEMOS, 2009, p. 142). Retoma o autor o otimismo por podermos “emitir livremente, nos conectar aos outros, nós conseguimos reconfigurar a cultura, a sociedade, a política” (LEMOS, 2009). Concordando em tese com o autor, vale lembrar que apenas uma parcela pequena das pessoas teria disposição participativa e desejo de reconfigurar a sociedade e a política.

Também para André Parente “o digital mudou completamente e subverteu todas as ordens – do econômico ao político, ao artístico (estético, no caso), à própria relação entre as pessoas” (PARENTE, 2009, p. 165). Trouxe uma “transformação radical” na forma como as pessoas passaram a produzir. Com a internet, ocorrem mudanças até na indústria, possibilitando ao consumidor montar o seu próprio carro, bem como a possibilidade de cada um fazer a sua programação (filmes, documentários, programas) baixada do computador. A rigor, pode-se perceber que, mesmo que isso esteja acontecendo, ainda é uma pequena parcela da população que o faz ou pode fazê-lo.

A informação também pode ser vista como ampliação das possibilidades de escolha, representando uma “liberdade de escolha”, e disso resulta o aparecimento de uma nova geração “muito mais crítica” (SANTANA, p. 199), o que pode ser entendido com maior informação política para a decisão. André Stolarski observa que “existe uma transferência nítida de parte importante da

vida das pessoas para o âmbito das redes”, transferência essa marcada por “uma dialética muito complexa”, onde “multidões são postas em movimento” (STOLARSKI, 2009, p. 217), identificando a capacidade da internet poder “desmontar a estrutura tradicional da grande imprensa, das editoras enfim” (idem, p. 18). Esse movimento poderia, então, ser visto como um ataque ao grande capital, o que se constitui em uma atividade política propriamente dita. Considera o autor que existe “uma boa democratização” de acesso aos meios digitais, de modo que “todo mundo pode ser designer” (STOLARSKI, 2009, 226), e, estando “as ferramentas mais acessíveis” e não estando mais o conhecimento “na mão de especialistas”, as pessoas conseguem produzir (STOLARSKI, 2009). Nota-se, novamente, a internet como um espaço de manifestação da autonomia e da possibilidade de confrontar o capital, o que pode, por um lado, ser visto como político, mas também não podendo se enxergar nada muito revolucionário até porque o capital (leia-se o grande capital) pode não só conviver com essas novas formas de produção de conhecimento, como também vir a se apropriar delas, colonizando-as, como será desenvolvido abaixo.

A cultura digital pode abalar “alguns conceitos que estavam bastante cristalizados na nossa sociedade, por pelo menos um ou dois séculos” (ESTEVES, 2009, p. 243). Com as novas tecnologias digitais, muda tanto o texto como “o leitor, o autor, a leitura, todos os processos de produção, circulação e aquisição de conhecimento” (ESTEVES, 2009). Na área da ciência, uma mudança fundamental, que representa “uma ameaça a um sistema muito antigo de validação do conhecimento científico, que á revisão por pares” idem, p.

245), está corporificada no arXiv, que é um repositório de artigos onde os documentos postados vão recebendo críticas, gerando uma revisão “mais aberta” e por um número maior de avaliadores do que na revisão por pares. Como se pode constatar, a internet e toda a arena digital abrem um leque de possibilidades de atividades colaborativas na produção de conhecimento como nunca antes experimentada na trajetória humana.

A possibilidade de os pesquisadores construírem os seus próprios sites para divulgar seus interesses de pesquisa com mais liberdade, independentemente das instituições a que pertencem, “seria impossível antes” (HERCULANO-HOUZEL, 2009, p. 280) da internet e pode ser vista como outro passo para as pessoas se desconectarem das instituições, ou seja, promoverem uma desinstitucionalização, onde os empregados podem prescindir de suas instituições, criando canais de comunicação diretos com a sociedade para expor seus trabalhos, pesquisa, ideias etc.

Outro aspecto da internet considerado é sua “invisibilidade” (PRADO, 2009, p. 51): ela “nasce porque ela era invisível”, não foi percebida pelo mundo corporativo como “possibilidade de negócio” e nem pelo “mundo regulatório” como “ameaça para nada”, não sofrendo regulação nem cooptação, e quando é notada “já é grande o suficiente para ser anárquica, caótica, incontrolável” (idem, p. 52). Podemos inferir aqui o caráter contra-hegemônico da internet de tentar construir uma nova ordem sem que haja uma efetiva percepção do que está acontecendo por parte dos setores hegemônicos.

Com a “conectividade que se gera”, uma pessoa pode voltar a ser “um agente de cultura”, o que representa “um deslocamento radical” (DOWBOR, 2009, p. 57), pois

“quanto mais se generaliza o conhecimento [...], mais toda humanidade enriquece” (DOWBOR, 2009). Aqui, a generalização do conhecimento pode ser vista como uma atividade política. O “conhecimento se enriquece em processos interativos de pesquisa” (DOWBOR, 2009) e leva ao “deslocamento do paradigma da competição para o paradigma da colaboração” (DOWBOR, 2009, p. 64). Ainda que jamais a competição desapareça, “a prática colaborativa pode ser dominante” (DOWBOR, 2009), a evolução para a sociedade do conhecimento “não garante, mas abre sim a possibilidade de sociedade muito mais democrática” (idem).

Até aqui examinamos uma visão predominantemente otimista. Os pessimistas, por sua vez, entendem que “a nova sociabilidade virtual destrói as bases da interação que permite a construção do espaço público e aumenta a capacidade de controle da população pelo Estado” (SORJ, 2003, p. 49). O problema reside fundamentalmente no fato de que “a internet destrói as relações face a face, que seria a única fonte de comunicação capaz de gerar grupos sólidos e estáveis, com memória histórica (no lugar do mundo atemporal da internet), que seria a única base possível de sustentação de uma vida pública e de ação política constante”. Daí resultaria o controle crescente do Estado e das empresas sobre os cidadãos (SORJ, 2003, p. 57). Para outro pessimista, “as interações na rede são somente um pálido substitutivo das interações cara a cara, isto é, das verdadeiras interações” (SARTORI, 2001, p. 40). O interagir “é um contato empobrecido que afinal nos deixa sempre sozinhos diante de um teclado” (idem), ainda que, relativizando, “as potencialidades da internet são quase que infinitas, tanto no mal quanto no bem” (SARTORI, 2001, p. 42). Como posi-

tiva pode ser vista a obtenção de informações e conhecimentos, contudo “a maioria dos usuários da internet não é deste tipo e, na minha previsão, nem vai ser” (SARTORI, 2001), mas “analfabetos culturais que matarão o tempo na internet, um tempo vazio na companhia de “almas gêmeas” esportivas, eróticas, ou entretidos em pequenos *hobbies*” (SARTORI, 2001, p. 43).

A participação política possibilitada pelas TIC tem sido considerada como uma das promessas da internet. No entanto, os resultados, como colocado abaixo, têm sido muito modestos. A participação tem quer entendida no contexto da contemporaneidade, onde se tem detectado um abandono ou desvalorização da política. “A política está em crise tanto por força de uma situação objetiva, estrutural, quanto por força da ativação de projetos ideológicos bem específicos e da dissolução, ainda que relativa, das utopias fundamentais da modernidade” (NOGUEIRA, 2001, p. 18). Na sociedade contemporânea, a “combinação de informática, internet, grandes redes de comunicação, mídia, televisão e indústria de entretenimento ajuda decisivamente a deslocar a política, convertendo-a num espetáculo dentre outros, banalizando-a, tirando-lhe eixo e substância (NOGUEIRA, 2001, p. 18). Isso posto, o cidadão perde seus referenciais e fica “confuso, entediado com o roteiro e empanturrado de informações que não consegue decifrar, foge da política” (NOGUEIRA, 2001, p. 22). Para aqueles que acreditam na participação política dos setores mais populares, as expectativas não são animadoras. “Os mais pobres, permanentemente insatisfeitos com o que têm e com o que recebem dos governos, do Estado ou da comunidade, não encontram motivos para se interessar pelo jogo político ou para

ser leais às instituições políticas” (NOGUEIRA, 2001, p. 22).

Ademais, observa-se “uma radicalização do processo de individualização”, no qual o indivíduo não se sente mais “pautado pelos valores tradicionais ou nas normas, instituições e ideologias da modernidade (pátria, partidos, trabalho, família patriarcal...)” (SORJ, 2003, p. 38). Por outro lado, o indivíduo, ao se conectar no contexto das informações globais e ao proporcionar o aumento de seus contatos com diversas redes sociais, “participa do processo de radicalização do individualismo, na medida em que o desvincula do contexto local, aumentando suas possibilidades de inserção nos mais diversos tipos de mundos significativos” (SORJ, 2003, p. 39). Assim, a internet, ao mesmo tempo que possibilita uma inserção maior do cidadão, também representa uma fuga do enfrentamento de seus problemas mais próximos e imediatos.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS

Em meados da década de 1990 já era constatada a existência de milhares de comunidades virtuais, percebendo-se, no entanto, o caráter efêmero dessas redes quanto à participação dos interessados, pois “a maior parte das contribuições para a interação é esporádica, com a maioria das pessoas entrando e saindo das redes para atender às mudanças de interesses e expectativas não satisfeitas” (CASTELLS, 1999, p. 386). Pinho e Winkler (2008), analisando uma lista de discussão de docentes da Universidade Federal da Bahia, detectaram também uma verdadeira anemia participativa, mesmo em um grupo homogêneo, sem problemas de cognição nem de inclusão digital.

Na Cidade Digital de Amsterdã (DDS), implantada em 1994, baseada em parâmetros sólidos de construção de transparência, os residentes “expressavam seus sentimentos, formulavam suas opiniões, organizavam protestos e votavam em propostas” (CASTELLS, 2003, p. 121). Nos primeiros anos o grau de inserção e de participação cidadã na DDS foi impressionante, caindo, no entanto, rapidamente nos anos seguintes (CASTELLS, 2003, 125). Essas experiências parecem apontar para um aparente paradoxo: por um lado, foram bem-sucedidas nos primeiros anos, produzindo uma sociedade ativa, com cidadãos dispostos a participar e expressar seus pontos de vista políticos. Por outro lado, com o passar do tempo, perderam o interesse e o engajamento político minguou, paradoxalmente em um período em que os recursos digitais se aperfeiçoavam. Possivelmente saíram os cidadãos e ficaram os usuários.

Dessa forma, as potencialidades e possibilidades democratizantes da internet estão longe do esperado, já que os governos usam a internet apenas como “um quadro de avisos”, o mesmo acontecendo no Legislativo, onde os parlamentares respondem aos e-mails de forma protocolar, como no caso do Reino Unido (CASTELLS, 2003, p. 128). Do ponto de vista da sociedade, tem-se a mesma situação com a utilização de informações políticas presentes na rede apenas de forma “marginal” (CASTELLS, 2003, p. 128).

Isso tem levado a se relativizar o papel e o potencial da internet, pois “seria surpreendente se a internet, por meio de sua tecnologia, invertesse a desconfiança política profundamente arraigada entre a maioria dos cidadãos no mundo todo” (CASTELLS, 2003, p. 129). A internet não pode ser vista como uma tábua de

salvação para os problemas da falta de participação política. Além disso, dada a “crise generalizada de legitimidade política” que marca o mundo contemporâneo, e a “indiferença dos cidadãos por seus representantes, poucos se apropriam do canal de comunicação interativo, multidirecional, fornecido pela internet, de ambos os lados da conexão” (CASTELLS, 2003, p. 129). Assim, os políticos “divulgam suas declarações e respondem burocraticamente”, enquanto os cidadãos “não veem muito sentido em gastar energia em indagações políticas, exceto quando atingidos por um evento que desperta sua indignação ou afeta seus interesses pessoais” (CASTELLS, 2003, p. 129). Então, o problema não estaria em falhas da internet, em promessas não atendidas por esta, mas na própria “crise da democracia” (CASTELLS, 2003, p. 129). Já se mostrou que existe tecnologia suficiente para promover interações entre cidadãos e governos, mas pouca democracia no sentido de que esses canais não são ativados para criar uma verdadeira democracia digital (PINHO, 2008).

Considerando todos esses argumentos, parece ser possível afirmar que o tão decantado potencial revolucionário da internet deve ser relativizado. Para esse potencial se realizar, depende da predisposição política do Estado e da sociedade civil, por meio de suas instituições, associações e movimentos sociais. No contexto brasileiro, assistimos a deficiências e limitações históricas e estruturais nos dois componentes dessa equação política. Em síntese, a internet pode ser vista como instrumento “facilitador da participação da sociedade no governo e do exercício do controle social”, com consciência, no entanto, de que não será “por meio da tecnologia que se criará a participação, nem o controle social, mas,

se já existem mecanismos para isso, então ela pode facilitar sua concretização” (CHAIN, CUNHA, KNIGHT e PINTO, 2004, p. 49).

A POLÍTICA EM PRIMEIRO PLANO

Como podemos perceber, a questão política não aparece de forma explícita, repousando as percepções e expectativas sobre o papel da internet muito mais nas possibilidades de acesso à informação, à produção de conhecimento fora dos padrões tradicionais da empresa capitalista e nas transformações radicais nas relações sociais que o instrumento enseja. Não se visualizam maiores expectativas com possibilidades de transformações na forma de fazer política por meio da internet.

Eugenio Bucci traz uma perspectiva mais abertamente política ao lembrar que “o capitalismo não sabe existir sem se revolucionar a cada segundo, a cada dia” (BUCCI, 2009, p. 204). Estaríamos vivendo, na atualidade, uma “revolução equiparada à Revolução de Gutemberg” (BUCCI, 2009), constatando uma “ebulição utópica em torno da internet e em torno das novas tecnologias digitais, como se elas trouxessem a igualdade, a voz para todos” (BUCCI, 2009). No entanto, “não necessariamente essa tecnologia trará mais democratização, mais acesso ao poder, inclusão. Isso não está embutido no DNA da tecnologia” (BUCCI, 2009), sendo mais correto trabalhar com a ideia de continuidade, como nas tecnologias do cinema e televisão, do que “hipervalorizar a ruptura” (BUCCI, 2009).

Trazendo o debate da questão para a realidade específica do país, o autor aponta uma barreira no fato de termos um país onde os “analfabetos funcionais são muitos”, ou seja,

“uma pessoa que lê, mas não comprehende o que lê” (BUCCI, 2009, p. 205). Em outras palavras, a possibilidade de revolução é relativizada tanto por conta da condição da tecnologia propriamente dita como das condições objetivas da sociedade brasileira. Essa situação agora se transporta para a rede. “Tem alguém que entra no computador, que acessa o e-mail, mas ainda é excluído de uma série de vantagens às quais não tem acesso” (BUCCI, 2009), entre elas a manifestação política. Em sua visão, seria “um outro nível de analfabetismo” (BUCCI, 2009), que poderíamos chamar aqui de analfabetismo funcional digital. Além do mais, “a imagem exerce um peso muito grande na internet”, o que pode facilitar a navegação dos analfabetos funcionais digitais. São incluídos digitalmente, mas apenas aos acessos mais fáceis de compreender, aqueles que não exigem muita cognição. Seria o equivalente a manusear apenas uma revista com muitas fotos e pouco texto, acessível a pessoas com baixo nível de escolaridade. Dessa maneira, a “mesma tecnologia que veio para permitir que mais pessoas tivessem acesso ao espaço público estabeleceu também uma diferenciação vertical que antes não estava posta” (BUCCI, 2009), expressa pelo “grau de tecnologia que você pode manusear, depois pela familiaridade com que você tem acesso a milhões de dispositivos” (BUCCI, 2009, p. 206), ou seja, pela cognição do usuário. Assim, para ter “um acesso privilegiado ao mundo digital, você precisa contar com essas coisas: mais tecnologia e mais poder de mobilização” (BUCCI, 2009). Dessa maneira, não está prevista a criação de nenhuma “espécie de utopia socialista digital” (BUCCI, 2009), dado que tudo que vem ocorrendo “não revoga as leis do capitalismo”, muito pelo contrário,

“a internet turbina os processos pelos quais o capitalismo vai operar”, o que vai se dar “pela diferenciação” (BUCCI, 2009). Há um reconhecimento de que fazer associações ficou mais fácil com a era digital, não querendo isso dizer, porém, que “a lógica solidária ou colaborativa suplante a lógica acumulativa” (BUCCI, 2009), pois continuará a prevalecer “a lógica da remuneração do capital” (BUCCI, 2009). Em outras palavras, “não é a tecnologia que muda a sociedade. Nunca foi. A sociedade, ou os movimentos sociais ou as relações sociais, é o que dá sentido social e histórico para a tecnologia, e não o contrário” (BUCCI, 2009).

A questão da liberdade de produzir conteúdos para postar na internet só terá viabilidade econômica se “despertar mobilização do público” (BUCCI, 2009, p. 209). Em outras palavras, sem dúvida a internet cria possibilidades infinitas de participação, mas estas só se cristalizam se despertarem o interesse de um grande número de usuários. Temos, assim, sem dúvida uma liberdade, mas que não conduz necessariamente a mudanças coletivas. Então, passado esse “deslumbramento”, irá “incidir a nova forma de concentração de capital e a acumulação vai acontecer outra vez” (BUCCI, 2009).

A internet não tem a ver com o que Habermas chama de esfera pública, mas, sim, com o conceito de mundo da vida, sendo que “[o] mundo da vida está posto desde antes de se pensar a internet” (BUCCI, 2009, p. 211). Relembrando que o mundo da vida é “o lugar em que as coisas acontecem, em que as pessoas se entendem, onde se tecem os sentidos – o mundo feito das coisas mais ou menos naturais, dos repertórios não problemáticos” (BUCCI, 2009). Com a internet, esse mundo da vida “ganhou visibilidade” (BUCCI, 2009, p.

212), e os conceitos de esfera pública, de sociedade civil, entre outros, estão, na concepção habermasiana, conectados ao mundo da vida, “se abastecem do mundo da vida” (BUCCI, 2009). Cita o autor como assuntos, interesses do mundo da vida, coisas prosaicas, tais como a criação de canários, filmes alemães da década de 1950 ou pessoas que querem fazer a peregrinação de Santiago de Compostela. “O que mais fascina as pessoas que pensam e que olham para a tecnologia é essa efervescência de tantas coisas diferentes, tantas pessoas falando ao mesmo tempo, se manifestando. Ora, isso é o mundo da vida” (BUCCI, 2009). Além de causar fascinação, “nos faz ter a ilusão de que a internet é uma forma de comunicação igualitária”. E, assim, a internet é posta em seu devido lugar por dar “visibilidade para processos que estavam aí e que passaram a ser interconectados, mas ela não inventou esses processos. Ela dá visibilidade e permite que eles afluam mais rapidamente para uma projeção para possíveis espaços públicos” (BUCCI, 2009). E que “não se caia no deslumbramento de que é um outro espaço público. Não é bem assim, o que houve foi uma complexificação desse espaço” (BUCCI, 2009). E o autor coloca as coisas em seu lugar, dando uma ducha fria nos otimistas, ao asseverar não ter havido “uma refundação da humanidade ou das comunicações” (BUCCI, 2009).

A política é explicitamente inserida na abordagem da questão digital ao considerar a nossa “brutal diferença de classes” (RISÉRIO, 2009, p. 295). Para tornar viável a inclusão digital, torna-se necessário ter “inclusão social”. Ao lado de ser o Brasil “um polo produtor de informações originais para o mundo” (RISÉRIO, 2009), tais como o futebol, a bossa nova, a poesia concreta e Brasília, não consegue resolver as “questões mais básicas”

(RISÉRIO, 2009, p. 296), configurando-se um “atraso social”, em que, ao lado de uma economia das maiores do mundo, tem-se “um povo roto e esfarrapado” (RISÉRIO, 2009, p. 301). Assim, para se viabilizar como “um novo projeto civilizacional”, o país “precisa se resolver como povo e nação” (RISÉRIO, 2009, p. 301). Nesse contexto, a questão digital tem que ser colocada, “sem medo”, na arena da “discussão de classes”, pontificando o problema da educação como central. Se a internet pode ser aproveitada “para tentar reinventar o mundo”, para superar a realidade brasileira existente, tem-se que saber “lidar com o difícil”, pois no país “tudo é mágico: soluções mágicas, saídas mágicas, o povo é mágico, o povo resolve” (RISÉRIO, 2009, p. 301). Em outras palavras, não existe saída voluntarista a partir do povo, ou, mais rigorosamente, da sociedade civil, enquanto mudanças substanciais não ocorram nesse âmbito.

Na linha essencialmente política, Laymert Garcia dos Santos assevera que “a tecnologização da sociedade é intensa” (SANTOS, 2003, p. 17) e, relembrando Lênin, o comunismo era definido como os sovietes acrescidos da eletricidade. Será que, agora, “podemos substituir a eletricidade pela internet, e os sovietes pelas comunidades de base” e teríamos o caminho para o socialismo atual? (SANTOS, 2003, p. 74). Assim, a internet estaria para o socialismo no mundo atual como a eletricidade estava para a década de 1920. Em sua reflexão, entende ser “ingênuo acharmos que a internet é um território livre, que vamos conseguir fazer uma revolução usando a internet” (SANTOS, 2003, p. 74), ainda que não negue “o aspecto democrático de circulação da informação que existe na internet e as conexões que ela possibilita” (SANTOS, 2003). Existem “brechas dentro

dos sistemas” que devem ser aproveitadas, mas não se deve esquecer que a internet é uma tecnologia nova e que “o capital está começando a colonizá-la agora” (SANTOS, 2003, p. 75), e que haverá um desfecho quando houver “uma grande capilaridade nos países industrializados, quando a vida for impossível sem a internet, então aí é que vai começar a regulação da internet” (SANTOS, 2003).

Aponta, ainda, Santos, a existência de um mito, o mito do progresso, que apresenta as tecnologias como democráticas, discordando da ideia de que as novas tecnologias sejam todas para o bem. Discorda também da ideia de que “os indivíduos sejam todos iguais” ao constatar diferenças entre um operador de computador do Primeiro Mundo e do Brasil devido às desigualdades educacionais. Em sua percepção, “o fato de existir uma rede não significa que ela é necessariamente democrática” (SANTOS, 2003, p. 76).

Vale observar ainda que, mesmo que a internet seja um instrumento efetivamente novo, ela vem para aprofundar tendências historicamente presentes na sociedade capitalista contemporânea, não existindo, no entanto, indicações de que seja “um fator de transformação radical da estrutura social, do sistema de estratificação e das normas e valores da sociedade” (SORJ, 2003, p. 41). Assim, como em outros períodos históricos, o capitalismo se apropria das tecnologias em seu favor. Ainda que a internet apareça com um rótulo de território livre, democrático, isonômico, a questão que se coloca é o que o capital vai fazer para exercer o controle? Se não dá para controlar, ou controlar plenamente, e tem que conviver com essa realidade, como vai se posicionar? São questões para as quais, efetivamente, ainda não se têm respostas conclusivas.

CONCLUSÕES

As novas TIC, e a internet, têm provocado mudanças significativas em todas as dimensões da vida, quais sejam, econômica, social, política, cultural, psicológica etc. A internet tem se constituído em um ponto de inflexão na trajetória humana pelo potencial revolucionário que encerra. Ainda que os interesses participantes na rede possam ter um conteúdo público e coletivo, parece predominar a busca do interesse do indivíduo. As maiores promessas da internet e que vêm sendo cumpridas residem na exponencial capacidade de comunicação, disponibilização e circulação de informação nunca dantes experimentada na experiência humana. A internet (e as TIC em geral) vem embebida de um potencial criativo, libertário e emancipatório, mas, possivelmente, mais fortemente no plano individual. A internet tem o potencial de quebrar estruturas de poder convencionais ao democratizar o acesso à informação. Permite também uma desinstitucionalização ao possibilitar aos cidadãos se manifestarem livremente e enquanto indivíduos ou grupos independentes da força e dos parâmetros do capital.

Outro aspecto recorrentemente apontado seria a ausência de intermediário, o que permite emissores falarem com um público amplo, em vários ramos da atividade humana, sem intermediários, sem instituições. Ainda que essas mudanças, muito significativas, não estejam ligadas à atividade política convencional, haveria a possibilidade de, como em um incêndio, as chamas se propagarem pela atividade política explícita. A internet possibilitaria a emergência de cidadãos ativos. Também se localiza o surgimento de uma postura colaborativa, cooperativa, na produção na internet.

Existe uma tendência forte de se referir ao que está acontecendo na internet como uma revolução. Se esta existe, é mais no sentido de o capitalismo revolucionar os meios de produção e, assim, a tecnologia, a internet nela presente, estaria a favor do capital, e o movimento deste colonizar a internet seria deflagrado tão logo fosse oportuno. Assim, a discussão da questão digital passa necessariamente pelo contexto dos interesses do capital e das classes.

A internet comporta ainda um paradoxo, uma contradição. Por um lado, parece ser um território de liberdade e igualdade; por outro, aponta um risco de aprofundamento do individualismo convivendo com uma agregação de interesses de grupos, o que geraria gueiros de interesses e não um ambiente de ampla democratização. Como algo típico de uma sociedade de classes, parece que temos e teremos um pouco de cada coisa. Quanto a resultados políticos propriamente ditos, estes são pífios, desanimadores, mesmo no contexto de países mais desenvolvidos. Na especificidade da situação brasileira, pelas nossas condições históricas e pela presença de vastos grupos de analfabetos funcionais com problemas sérios de cognição.

Assim, o problema (e a salvação) não é da internet, deve ficar claro para não anular suas conquistas e avanços, e sim da especificidade da situação sociopolítica brasileira, reforçada ainda pela posição assumida pela política na sociedade global contemporânea, marcada pelo fim das grandes narrativas, das utopias. Cabe observar que a ideia da ocorrência de uma revolução, ou ao menos uma mudança, com a democratização do acesso à informação que a internet efetivamente possibilita depende fundamentalmente do nível de cognição e formação educacional dos cidadãos, o que pede uma decisão

política nesse sentido. Não há, assim, nenhum automatismo possibilitado pela tecnologia.

Trabalhando com a ideia de uma metáfora, vale a pena uma comparação com a experiência do Speakers' Corner de Londres. Antes restrito a poucos lugares, poucos manifestantes, poucos ouvintes, e falando sob uma relativa vigilância, agora a internet seria o Speakers' Corner ampliado, muitos lugares (portais, sites, blogs, twitters, e-mails), muitos manifestantes, muitos ouvintes, e falando, até agora, com muito mais liberdade. E funcionando 24 horas por dia, todos os dias, tanto para a emissão como a recepção de conteúdos. Baseado em inserções rápidas, fugazes, tópicas, que podem se desmanchar rapidamente. Essa seria a forma moderna de fazer política após o esgotamento das grandes narrativas, que implicam grandes lutas, mobilizando grandes contingentes por longos períodos de tempo. Com a internet, a quebra das grandes narrativas, o surgimento de demandas e lutas por questões mais específicas (feminismo, ambientalismo etc.), as inserções são mais variadas e rápidas, durando enquanto se mantém o interesse dos participantes. A internet tem um papel fundamental em viabilizar esse direcionamento. Este artigo objetivou trazer algumas posições na apreensão do fenômeno da internet, mas ao mesmo tempo deixa mais indagações e inquietação, até porque estamos no meio do furacão e ele muda muito rapidamente.

REFERÊNCIAS

AMADEU, S. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

BUCCI, E. In: *Cultura digital.br*. SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). Rio de Janeiro. Beco do Azougue. 2009.

PENSATA • SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, CAPITALISMO E SOCIEDADE CIVIL: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA, INTERNET E DEMOCRACIA NA REALIDADE BRASILEIRA

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. V. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

CHAIN, A; CUNHA, M. A; KNIGTT, P; PINTO, S. L. *E-gov.br: a próxima revolução brasileira*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

COELHO, F. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

DOMINGUES, J. M. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DOWBOR, L. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

ESTEVES, B. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

HERCULANO-HOUZEL, S. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

LEMOS, A. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

LEMOS, R. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

MANEV, F. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

NOGUEIRA, M. A. *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PARENTE, A. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia e pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008.

PINHO, J. A.G; WINKLER, I. Política presencial versus política virtual: uma investigação no fórum digital de debates entre docentes na

Universidade Federal da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.

PRADO, C. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

RISERIO, A. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

SANTANA, L. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

SANTOS, L. G. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

SARTORI, G. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SORJ, B. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade de informação*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Unesco, 2003.

STOLARSKI, A. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.